

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO SUDESTE 1 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CAS - Coordenadoria de Assistência Social
CCA - Centro da Criança e do Adolescente
CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social
FAS - Fórum de Assistência Social
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Municipal
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP - Ministério Público
MSE - Medidas Socioeducativas
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
NSE - Núcleo Sócio Educativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas Estadual
TCM - Tribunal de Contas Municipal
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Sudeste 1

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Apresentação

A Conferência Regional de Assistência Social - Sudeste 1 aconteceu no dia 17 de junho de 2009 e abrangeu os distritos: Mooca-Aricanduva, Vila Formosa, Carrão-Vila Prudente, Sapopemba-Penha. O evento ocorreu nas dependências da Universidade São Judas, Rua Taquari, 546 no bairro da Mooca, sendo que o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8h e a plenária final encerrou-se às 18h30m.

Estavam presentes 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) participantes, dos quais 335 (trezentos e trinta e cinco) inscritos, sendo eles 62 (sessenta e dois) usuários do SUAS, 157 (cento e cinquenta e sete) trabalhadores da rede socioassistencial, 65 (sessenta e cinco) de organizações sociais e 51 (cinquenta e um) representantes do poder público.

A Conferência Regional cumpriu com a programação prevista, exceto a não realização da palestra, cujo tema é “Participação e o Controle Social no SUAS”, devido ao horário estabelecido para entrega do auditório à Universidade São Judas.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADORA	MARIA NEMÉSIO (LIA)
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	FILOMENA VIEIRA CORTÊZ DE LIMA
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	VALDIR LIMA CORDEIRO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	FABIANA SILVA SERRANO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	JANETE DA SILVA
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	SOLANGE CUPERTINO DOS SANTOS OLIVEIRA
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADORA	CONCEIÇÃO MINGATO
PODER PÚBLICO	TITULAR	ELIANE DA SILVA CARA
PODER PÚBLICO	TITULAR	MARINA LOPES F. ALVES
COMAS	CONSELHEIRA	DARCY DIAGO FINZETTO

**FALTAM RELATORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO
QUADRO A SER PREENCHIDO PELAS REGIONAIS QUANDO RECEBEREM
O RELATÓRIO**

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução Comas-SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

- I - Um Coordenador da Mesa
- II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;
- III- Um representante da CAS;
- IV- Um representante da Sociedade Civil;
- V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

- Dar início aos trabalhos
- Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário
- Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno
- Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

* Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 14h00, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do subgrupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja a eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Subgrupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Subgrupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2.º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00 para realização da confirmação do credenciamento e escolha do subgrupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - Da Temática e Programação

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/ entraves, apresentando os Relatórios dos Subgrupos para a deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Subgrupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão deliberar quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS” .

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

*08h00 às 14h00 - Credenciamento;

*09h00 às 09h30 - Solenidade de Abertura;

*09h00 às 10h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

- *10h00 às 10h10 – Orientações da Comissão Central
- *10h10 às 11h30 – Conferir as deliberações de 2007
- *11h30 às 12h30 – Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos
- *12h30 às 13h - Intervalo para refeição
- *13h00 às 13h30 – Apresentação cultural
- *14h00 – Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual
- *13h30 às 14h15 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”
- *14h15 às 15h30 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.
- *15h30 às 16h30 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.
- *16h30 às 17h00 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

- I - Abrir e orientar a discussão
- II - Esclarecer dúvidas;
- III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;
- V - Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas por meio auditivo, sendo responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista que a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e-assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV - Da Organização Regional

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO/OESTE

- * CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé
- * CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

- *SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha
- * SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

- * LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista
- * LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as), observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social. Caso um segmento não atinja um número necessário, este poderá ser completado por representante de outros segmentos, sendo prioritariamente pelo segmento de usuários.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso II.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

- a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;
- b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;
- c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

A mesa de abertura da Conferência Regional foi composta pela Sra. Eliane da Silva Cara, representante do poder público e da comissão organizadora da Conferência Regional; Sra. Darcy Diago Finzetto, representante da sociedade civil e da comissão organizadora da Conferência Regional; Sra. Maria de Lourdes Duarte de Souza, representando a Supervisora Regional do CRAS Mooca; Sra. Solange, representando a Supervisora Regional do CRAS de Vila Prudente; Sra. Rosângela Medina C. Ferreira Pinto, representando a Supervisora Regional do CRAS Aricanduva-Formosa-Carrão; Sr. Roberval Ribeiro de Carvalho, Supervisor Regional do CRAS Penha; Sr. Jair Gomes de Araújo, presidente do COMAS e Sra. Ângela Marques, coordenadora da CAS/Sudeste.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Eliane da Silva Cara - “Desejo boas vindas a todos. Agradeço a Universidade São Judas, parceira dos CRAS Regional. Agradeço às organizações, trabalhadores e usuários presentes. Neste evento discutiremos a “Participação e Controle Social no SUAS”. Um agradecimento especial aos servidores que apóiam o coral Caminho da Luz, do Centro Espírita “A Caminho da Luz”. Agradeço a presença das autoridades. Declaro aberta a Conferência Regional. Enfatizo que a Sociedade Civil e o Poder Público têm participações importantíssimas no acompanhamento à execução da política da Assistência Social e na criação de meios e ações para que sejam realizadas estas Políticas Públicas. Muito obrigada a todos.”

Darcy Diago Finzetto - “Faço um apelo para que arregacemos as mangas. Agradeço as trabalhadoras dos CRAS da região pelo empenho na realização da Conferência Regional. Esta é a VIII Conferência. Há dezesseis anos realizou-se a I Conferência, com o apoio do Governo Estadual. A cidade foi a última de grande porte a instalar o Conselho. As Conferências são nossas grandes oportunidades de garantir coisas, ampliar. Lembro que superar o assistencialismo é um desafio. Temos que ler, entender o que é Assistência Social, nos três níveis de governo. As pessoas escrevem bem, mas tudo está sempre aquém na verba, no orçamento para executar o que se escreve. Temos sempre a demanda em nossa porta. Enquanto não se tiver o 5% fixo, nas três esferas, estaremos sempre à mercê

de cortes. Quando se corta o orçamento, a Assistência Social é sempre a primeira. Temos que lutar por essa bandeira. Desejo um bom trabalho a todos.”

Jair Gomes do Araújo - “Desejo boas vindas à I Pré-Conferência de 2009. Ressalto a importância da participação do Poder Público envolvido no processo do desafio de realizar a VIII Conferência. Parabéns o trabalho da Comissão Organizadora. Lembro, como presidente do COMAS, que queremos ouvi-los para que o Conselho possa influenciar nas Políticas Públicas. Nosso tema será “Participação e Controle Social no SUAS”. Reforço que temos como objetivo principal ouvir as demandas e propostas dos participantes dessa Conferência para avaliar e decidir o que será realizado. Agradeço a presença de todos.”

Ângela Marques - “Desejo um bom dia a todos. Faço um agradecimento à Comissão Organizadora, aos coordenadores e funcionários dos CRAS da Região e funcionários da CAS. Agradeço a Universidade São Judas por ceder o espaço e a presença da Sociedade Civil. Faço agora uma fala institucional ressaltando a importância das Conferências, uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira. O tema dessa Conferência é “Participação e controle Social no SUAS” e tem como meta ampliar o protagonismo da Sociedade Civil. Cito os objetivos da implantação dos CRAS. Chamo as entidades presentes para um trabalho conjunto na ampliação dos serviços, enfatizando a importância dessa parceria. Hoje é o início do ciclo das dez pré-conferências preparatórias para a VIII Conferência Municipal onde discutiremos as preocupações e providências para a Assistência Social. Declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Conferência Regional.”

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 – Controle Social, eixo 2 – SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 – Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 - Controle Social

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	SIM			No setor de habitação a meta não foi alcançada.
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	NAO	LONGO PRAZO		
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO	LONGO PRAZO		
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO	CURTO PRAZO		
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	NÃO	CURTO PRAZO		
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO	CURTO PRAZO		
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	NÃO	CURTO PRAZO		
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO	CURTO PRAZO		
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	NÃO	CURTO PRAZO		
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ENTRAVES
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO	CURTO PRAZO		
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	SIM	MÉDIO PRAZO		
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	SIM		40%	
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersecretorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	NAO	MÉDIO PRAZO		
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	SIM		70%	
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	SIM		30%	
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	NAO	MEDIO PRAZO		
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	NAO	CURTO PRAZO		
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole	NAO	MEDIO PRAZO		
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	NAO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ENTRAVES
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	NAO	CURTO PRAZO		
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática "08- Assistência Social", integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.				Não avaliada pelo grupo por falta de tempo
RELATÓRIO FINAL					
<p>Dificuldades encontradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação (Não houve avanço) • Houve discordância quanto à competência da fiscalização ser somente da SMADS no que diz respeito à garantia de vagas e permanência das crianças com deficiências nas escolas • Falha de comunicação / divulgação ao usuário no que diz respeito à implementação de fóruns regionais. • Falta de fiscalização do poder público em alguns programas (Ex.; Viva Leite) • Apontada a distinção entre ONGs conveniadas e não conveniadas com a prefeitura no que diz respeito a verbas • Falha de comunicação / divulgação ao usuário no que diz respeito à implementação de fóruns regionais. • Falta de fiscalização do poder público em alguns programas (Ex.; Viva Leite) • Apontada a distinção entre ONGs conveniadas e não conveniadas com a prefeitura no que diz respeito a verbas • Dúvida com relação à proposta 22 sobre o que significa ao que significa a Função Programática 8 					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	NÃO	CURTO PRAZO	10%	Infra-estrutura inadequada para os serviços e falta de Recursos Humanos
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Necessidade de negociação intersetorial e intersecretarial
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de Recursos Humanos, dificuldades de adequação das diretrizes do SUAS
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta de Recursos Humanos
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de vontade política
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV-profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta analisar a demanda.
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO	CURTO PRAZO		Indisponibilidade orçamentária
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta analisar a demanda.
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO	CURTO PRAZO		
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Necessidade de negociação intersetorial e intersecretarial
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO	CURTO PRAZO		Não houve diretrizes para efetivar a proposta
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de ação integrada
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de ação integrada e falta de Recursos Humanos
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de projetos e falta de apoio
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta de Recursos Humanos

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta de Recursos Humanos
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta de Recursos Humanos
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de divulgação e articulação para estabelecer parceria
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	NÃO			Falta de regulamentações
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de indicadores de qualidade e monitoria
23	Ampliar e implementar programas para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de indicadores de qualidade e monitoria e faltam análises de demanda

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.	NÃO			Inadequação da política de atendimento
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Inadequação da política de atendimento
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Inadequação da política de atendimento
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.	NÃO AVALIADA			Não há critérios de inclusão e seleção
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.	NÃO			
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitem.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta analisar a demanda.
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Indisponibilidade orçamentária e falta analisar a demanda.
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.	NÃO			Indisponibilidade de vagas
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).	SIM		INSATIS-FATÓRIO	
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	Falta de vontade política, execução de projetos esporádicos
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	NÃO AVALIADA			
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.	SIM		INSATIS-FATÓRIO	

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.	SIM		INSATIS- FATÓRIO	É necessário ampliar a garantia da humanização
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
45	Ampliar o número de Telecentros.	NÃO AVALIADA			Outra Secretaria
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).	SIM		INSATIS- FATÓRIO	Falta de articulação intersecretarial
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.	SIM			Falta de articulação intersecretarial
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.	NÃO AVALIADA			Outra Secretaria
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.	NÃO AVALIADA			Outra Secretaria

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersectorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).	NÃO AVALIADA			Falta de informações por parte do grupo para avaliar a proposta
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.	SIM		INSATISFATÓRIO	Competência de outra Secretaria

RELATÓRIO FINAL

Grupo 1

- Fortalecer canais de intersectorialidade e intensificar as ações com outras secretarias fortalecendo as políticas públicas para a população usuária.
- Divulgação dos serviços da rede.
- Avanço na centralidade do trabalho da assistência social da família.
- É necessário ampliar os serviços voltados à família.
- Atualização e ampliação dos cadastros e maior acesso do CRAS nas informações do banco de dados.
- Rever os critérios do programa Renda Mínima.
- Acompanhamento das famílias através do CRAS.
- Espaços físicos em área de vulnerabilidade em condições adequadas à acolhida digna dos usuários da assistência social.
- Ausência de fórum social local. Rede não articulada.

Grupo 2

- A maioria dos serviços socioassistenciais não foram efetivados e garantidos, com exceção do Programa de Erradicação da Exploração Sexual (avanço de 3%), inclusão de jovens em medidas socioeducativas, casa de passagem ou moradia provisória (5%).
- O item 34 (Hospedagem e aluguel para pessoas em área de risco e situação emergencial) é de responsabilidade da Habitação / Assistência Social
- O item 25 (atendimento à população moradora de rua) é de responsabilidade da Saúde

Grupo 3

- 67% dos itens se referem a outras secretarias, cuja intervenção da Assistência Social seria só de indicação/proposição. A efetivação dar-se-á quando a gestão municipal, incluindo SMADS e demais secretarias, discutirem as demandas intersectoriais, onde cada secretaria assumira sua competência através de consenso, definindo políticas com planejamento e prazo.

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	<ul style="list-style-type: none"> • 33% dos itens, o grupo frisou a necessidade de diminuição da burocracia e o aumento da verba/ financiamento para a Assistência Social. • Necessidade de envio do material para ser discutido nos serviços e as propostas e avaliações serem feitas previamente para agilizar o trabalho no grupo. • O grupo decidiu por não considerar o tópico de avanço (%) e por em discussão na plenária. • Propor acréscimo de jurídico na proposta 27 - o grupo discutiu a questão do avanço da proposta 27 e decidiram que não houve avanço. • Participantes do grupo que pertencem ao conselho tutelar afirmam que a proposição 28 não sofreu avanço por sentirem necessidade de melhora. • O grupo apresenta como dificuldades para todas as proposições não efetivadas a vontade política, capacitação e formação de profissionais, aumento de aparelhos para atendimento da demanda. • Propostas relacionadas com outras secretarias necessitam de ação conjunta. <p>Dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de capacitação de pessoal e desenvolvimento de habilidades com ampliação de serviços • Falta vontade política • Falta de projetos viabilizados na área. 				

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	SIM		EM PARTE	
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	NÃO AVALIADA			Faltam subsídios para o grupo conferente e/ou problemática para compreensão da proposta
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	SIM		EM PARTE	
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	NÃO			Questão orçamentária e falta de vontade política
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de concursos públicos voltados aos profissionais que compõem o SUAS • A necessidade da existência de um consenso de trabalho entre sindicatos, usuários e entidades • A existência de um trabalho multidisciplinar direcionado aos trabalhadores como indivíduos • A ampliação do número de educadores para o trabalho com adolescentes • A necessidade da qualificação do trabalho do educador • Não houve público suficiente para mensurar a ampliação do número de profissionais no trabalho com idosos • Traduzir igualmente as horas técnicas voltadas para o grupo de funcionários • Ausência de articulação em rede, especialmente com a área da saúde. 					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	NÃO	CURTO PRAZO		
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO		
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	NÃO	CURTO PRAZO		
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	NÃO	MÉDIO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	NÃO	CURTO PRAZO		
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO	CURTO PRAZO		
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	NÃO	LONGO PRAZO		
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/SUAS.	NÃO	MÉDIO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	NÃO	LONGO PRAZO		
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	NÃO	LONGO PRAZO		
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO	LONGO PRAZO		
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO AVALIADA			Faltam subsídios para avaliar a proposta
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	NÃO	MÉDIO PRAZO		
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	NÃO	LONGO PRAZO		
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO	CURTO PRAZO		
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO		
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.	NÃO	MÉDIO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.	NÃO	CURTO PRAZO		
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	NÃO	CURTO PRAZO		
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	NÃO	LONGO PRAZO		
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.	NÃO	LONGO PRAZO		
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	NÃO	CURTO PRAZO		
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	NÃO	CURTO PRAZO		
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO	LONGO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	NÃO	CURTO PRAZO		
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • Principal necessidade de maior repasse orçamentário (Lei Orçamentária/Garantia dos 5%) e informação da população. 					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra “Participação e o Controle Social no SUAS, a ser proferida por Priscila Cardoso no período da tarde, não foi realizada por decisão do plenário em função do atraso no cronograma da manhã e o comprometimento da Comissão Organizadora em entregar o auditório da Universidade São Judas até às 17 horas.

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Espaços de discussão como fóruns, conselhos e conferências com a participação do poder público e sociedade civil	Falta divulgação / informação Mobilização da população Ausência do usuário Desmotivação da população Conscientização do usuário quanto à importância de sua participação Falta de articuladores Falta de dados que não são repassados pelas SMADS Conselho com função apenas cartorial e não com a totalidade descrita em seu regimento Falta de implementação das deliberações Fragilidade do controle social e enfraquecimento dos fóruns regionais	1. Criar espaços de pós-conferência 2. Fortalecer os fóruns regionais e criar novos 3. Reformular a composição do COMAS 4. Realizar eleições do COMAS nas conferências 5. Participação dos usuários na composição do COMAS 6. Reformulação dos mecanismos de controle 7. Implantação efetiva da comissão de acompanhamento dos resultados da VII e VIII conferência sob a coordenação do FAZ

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Construção e implantação do SUAS	Demanda grande para um número insuficiente de trabalhadores capacitados	<ol style="list-style-type: none">1. Implantação de cartilha ilustrativa e com linguagem acessível para divulgação dos direitos dos usuários2. Linguagem acessível para mecanismos de informação e divulgação já existentes (sites etc.)3. Divulgação dos serviços da rede para que o usuário possa participar efetivamente4. Estruturação adequada do CRAS regionalizada no local da necessidade da demanda5. Capacitação permanente dos trabalhadores sociais para um atendimento digno6. Criação de ouvidorias para que os usuários possam expressar-se7. Diagnóstico da região para efetivar o trabalho de atenção integral à família8. Fortalecimento de fóruns locais9. Integração entre CRAS e CREAS10. Criação de comitê gestor tripartite em cada sub-prefeitura (coordenado pelo COMAS - deliberação de 2007)11. Criação de comitê em âmbito municipal para monitorar, avaliar e encaminhar as deliberações da Conferência (coordenado pelo COMAS - deliberação de 2007)12. Participação efetiva dos usuários no Plano Plurianual e Orçamentário

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e
Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Ampliação de vagas, embora tenha ocorrido fechamento de alguns serviços	Ocultamento de vagas e falta de fiscalização dos serviços e burocratização para inserção pelo CAPE Funcionários despreparados e insuficientes Falta de acessibilidade / mobilidade nos serviços Ausência da integração entre as políticas intersetoriais Poucos CREAS e inexistência de infraestrutura e divulgação	1. Canalizar as vagas para atendimento através dos CRAS 2. Qualificar e ampliar o quadro de RH 3. Garantir estrutura física compatível para os serviços propostos 4. Construir uma rede intersetorial de serviços 5. Ampliar os CREAS com infraestrutura adequada e divulgação dos serviços prestados

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Não houve grandes avanços, porém aconteceram algumas mudanças positivas.	Burocracia; Morosidade; Diferença no repasse de verba; Portaria 30; Atrasos.	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir o reajuste de verba dos serviços conveniados, visando contemplar o repasse do dissídio anual, assim como outras necessidades acompanhando RH e outras despesas.2. Garantir a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).3. Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.4. Rever a lei de parcerias a fim de garantir o repasse de recursos para: reformas, ampliações de espaço físico, acessibilidade e compra de materiais permanentes. Independente da mudança de governo.

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
1	Falta de divulgação Desmotivação Falta articulação do Poder Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar conselhos gestores locais em cada CRAS com a participação (a exemplo do modelo da Saúde) do poder público, trabalhadores e usuários. 2. Divulgar os dados do CAS bem como suas atribuições. 3. Fiscalizar e monitorar as ações sociais/Competência dos Conselhos 4. Financiamento para participação dos usuários em Conselhos e conferências.
3	Ausência de informações Inexistência de participação dos usuários em fóruns, audiências públicas etc.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um conselho gestor dentro dos serviços para que os usuários tenham voz 2. Garantir assento no conselho com grupos específicos de usuários
4	Divulgação e informação; Falta de acesso; Transporte; Convite; A pré-conferência ser realizada em horário comercial, dificultando a liberação do usuário que trabalha.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir acessibilidade; 2. Flexibilidade de carga horária visando a participação do usuário; 3. Divulgação com antecedência de 15 dias;

6. Moções referendadas na Conferência Regional

Moção de apoio à aprovação de Gratificação de Desempenho de Atividade - GDA

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social – SUDESTE I, apoiamos a luta dos trabalhadores da administração pública na solicitação de Gratificação de Desempenho de Atividade – GDA à todos os profissionais ativos e inativos, de nível superior, que atuam na Secretaria de Assistência Social – SMADS da cidade de São Paulo.</p> <p>Tiramos também algumas metas que devem ser inseridas na 2º parte do dia, no grupo que vai discutir a situação dos trabalhadores, em todas as Conferências Regionais. Salientamos que as metas a curto prazo devem ser cumpridas no prazo de 3 anos e de médio prazo – 8 anos e longo 10 anos.</p> <p>Tirar um representante do segmento dos trabalhadores em cada conferência regional - lembram que é preciso 5 para 1 trabalhador.</p> <p>São elas:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Definir um percentual de utilização do Fundo, com rubrica própria, para despesas com recursos humanos da Administração Pública (esta vai para NÍVEL NACIONAL - médio prazo);2) Implantação de 100% do quadro de recursos humanos, previsto na NOB-RH e demais unidades necessárias para a consolidação do SUAS (curto prazo);3) 100% de criação da tabela de lotação de pessoal de todas as unidades da SMADS (médio prazo);4) Dar continuidade à chamada dos concursados a Especialistas de Assistência Social – Assistentes Sociais e Assistentes de Gestão Pública (AGPP) – que fazem parte do quadro de recursos apontado na NOB-RH para a efetiva implantação do SUAS, considerando o estudo já realizado (curto prazo);5) Promover concurso público de categorias profissionais: Psicólogos, Pedagogos, Sociólogos, Contadores, e demais profissionais necessários e importantes para implementação do SUAS (curto prazo);6) Promover 100% de condições de infra-estrutura necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos (equipamentos, mobiliário, espaço físico, adequado e outros) nos 31 CRAS, 5 CAS e CREAS e demais unidades que se fizerem necessário da cidade de São Paulo (curto ou médio prazo);7) Contemplar nos salários de 100% dos trabalhadores sociais da SMADS, o adicional de insalubridade, considerando que trabalhamos	

<p>cotidianamente com situações e ambientes de risco pessoal (médio prazo);</p> <p>8) Promover a capacitação permanente para 100% dos trabalhadores sociais (curto, médio e longo prazo);</p> <p>9) Possibilitar acesso a todos os servidores públicos da SMADS a cursos de especialização na área social (curto, médio e longo prazo).</p>
<u>Observações</u>
<p>Moção assinada por 59 pessoas, que forneceram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário.</p>

Moção de repúdio à aprovação da PEC 351/09 - PEC dos Precatórios

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social - SUDESTE 1, acreditamos que a Constituição de 1988 foi sábia ao determinar a preservação do Estado Democrático de Direito, criando um Poder Judiciário mais independente, vigilante e forte.</p> <p>Por defender essa instância democrática, manifestamos nosso descontentamento à aprovação da PEC 12, hoje denominada PEC 351/09, que significa o total desrespeito ao pagamento de dívidas oriundas de sentença judicial, transitadas e julgadas no Poder Judiciário. Neste momento, em que tal projeto tramita na Câmara, esperamos que a mesma seja rebatida, analisada e repensada com a OAB-Brasil, Sindicatos, representantes de classe, no sentido de busca de um consenso em que cidadãos não sejam lesados de seus direitos.</p>	
<u>Observações</u>	
<p>Moção assinada por 51 pessoas, que informaram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário.</p>	

Moção propositiva do grupo Controle Social

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Os conferencistas reunidos na Pré-Conferência da Assistência Social Sudeste 1, julgam, consideram e exigem como condição para efetivo acompanhamento, articulação e avanço na participação democrática, a disponibilização de dados estatísticos dos avanços implementados pelos governos municipal, estadual e federal, para a melhoria da vida da população, principalmente daqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social.</p> <p>Tais dados se fazem necessários para que a Conferência assuma, efetivamente, o caráter consultivo e deliberativo, tendo em vista a participação democrática e o controle social amplo (sociedade civil e governo), nas decisões que tangem de maneira contundente a qualidade de vida dos cidadãos e</p>	

cidadãos da cidade de São Paulo.
<u>Observações</u>
Moção assinada por 21 pessoas, que informaram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário.

Moção: Vigilância Social/ Controle Social

Propositor	Luiz Carlos: Comissão Regional
Destinatário	-----
Descentralização do COMAS correspondentes aos CAS.	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 26 pessoas, que informaram nome completo, e aprovada pelo Plenário como Proposta.	

7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

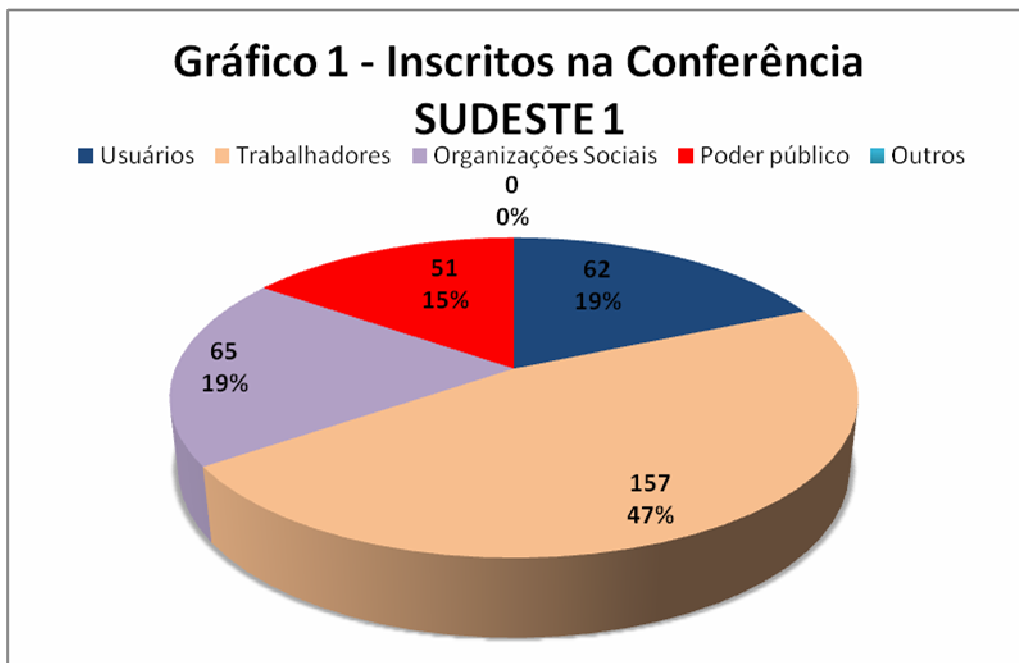
O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos – usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/ organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 53 (cinquenta e três) delegados titulares para participarem com direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal de São Paulo, sendo 18 (dezoito) representantes dos usuários do SUAS, 24 (vinte e quatro) representantes dos trabalhadores e 11 (onze) representantes de organizações sociais. Foram escolhidos 8 (oito) delegados suplentes, do segmento dos trabalhadores.

7.1. Participantes inscritos

Das 445 pessoas que assinaram a Lista de Presença 335 (trezentas e trinta e cinco) pessoas entregaram a ficha de inscrição conforme previsto no Regimento,

sendo 62 (sessenta e dois) usuários do SUAS, 157 (cento e cinquenta e sete) trabalhadores da rede socioassistencial, 65 (sessenta e cinco) de organizações sociais e 51 (cinquenta e um) representantes do poder público.



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Gabriel Pedrosa de Lima
2. Maria Aparecida Rufino dos Santos
3. Atanael Bispo dos Santos
4. Renato Gomes dos Santos
5. Denilson Roberto da Silva
6. Cleber Diniz de Oliveira
7. Paulo Luiz Stetes
8. Itamar Florencio da Silva
9. Genival Eugênio da Silva
10. Cosme Conceição da Silva
11. Nelson Ferreira da Silva
12. Michel Leonardo Deomástes

13. Cristiano Silva dos Santos
14. Josevaldo Aparecido da Silva
15. Maria do Céu Vara Macedo Oliveira
16. Roberto Noé
17. Estácio de Sá Castro Latorre
18. Merabi Pereira de Santana

Segmento: Trabalhadores

1. Luiz Honorato da Silva
2. Maria Madalena B. da Silva
3. Claudia da Rosa Santos
4. Ana Paula Pereira de Souza
5. Flávia T. S. da Silva
6. Claudia Maria Pereira
7. Adriana Mathias Basso Pessoa
8. Paula Sales Batista
9. Elisângela Aparecida Miranda
10. Roseli Maria Correa de Moraes
11. Fabiana Tiburcio da Silva
12. Maria José da Conceição
13. Elizabeth Cristina Serra Costa
14. Maria de Fátima A. Craveiro
15. Maria Nemésio
16. Patricia Lapalce
17. Neuza Maria Paiva
18. Vilma Rodrigues Duarte Ferreira
19. Maria José Duarte Costa
20. Janete da Silva
21. Fabiana Silva Serrano
22. Fabio Gomes
23. Sonia Maria Ferreira
24. Sueli de Souza Paraizo

Segmento: Organizações Sociais

1. Lucimara do Rosário Santos
2. Albina Stolfo
3. Tiberh Zerezghi Hagos
4. Tiago Gomes Cordeiro
5. Valdir Lima Cordeiro
6. Cleide Maria Sarzano Silva
7. Márcia Martins Miranda
8. Lenice da Penha Martins
9. Marilda dos Santos Lima
10. Márcia Regina Arruda Lopes
11. Aparecida Silva Carvalho

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

1. Edivarci Liberalino de Souza
2. Fernanda Rodrigues
3. Silmara F. da Silva
4. Delcinéia Ap. Ambólio
5. Maria Santos Greco
6. Viviane Novais
7. Priscila de Farias Silva
8. Luiza Andréa Melara

Segmento: Organizações Sociais

Não houve representação.

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

Não houve representação.

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

1. Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini
2. Neuza Maria Paiva
3. Sueli de Paula Santos
4. Maria Inês Shigekawa
5. Silvana Cappellini
6. Aidêe Miranda Souza
7. Genival E. da Silva
8. Ivone F. Rosas de Souza
9. Sheila dos Santos Monjardim
10. Maria Zélia de Oliveira Souza
11. Conceição Lopes da Silva Mingato
12. Eliane da Silva Cara
13. Rousemeire dos Santos Rocha
14. Roseane Alves dos Anjos
15. Edna Fernandes Farias Fazzion
16. Maria Clara Oliveira de Lima
17. Tâmara dos Santos Cereja
18. Marina Marques de Souza
19. Luiz Honorato da Silva
20. Marina Lopes Fernandes Alves
21. Maria Amelia de Carvalho
22. Fabiana de Almeida de Lima
23. Patrícia de Moura Silva

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nesta Conferência Regional foram entregues por parte dos participantes 20 (vinte) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* 50% (10 avaliações), indicaram como BOM; no item *palestra* 45% (09 avaliações) também indicaram o processo como BOM; no item *trabalhos em grupo* 40% (08 avaliações), enquanto 30% (06 avaliações) indicaram, respectivamente, como BOM e REGULAR; no item *infra-estrutura* 40% (08 avaliações), indicou como BOM e 35% (07 avaliações) indicou como REGULAR. No quesito *organização geral do evento*, as avaliações BOM e REGULAR foram iguais, ou seja, 40% (08 avaliações) para cada categoria.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	3	10	7	0
<i>Palestra(s)</i>	5	9	3	3
<i>Trabalhos em grupos</i>	4	8	6	2
<i>Infra-estrutura</i>	5	8	7	0
<i>Organização geral do evento</i>	4	8	8	0

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

Gráfico 2 - Credenciamento

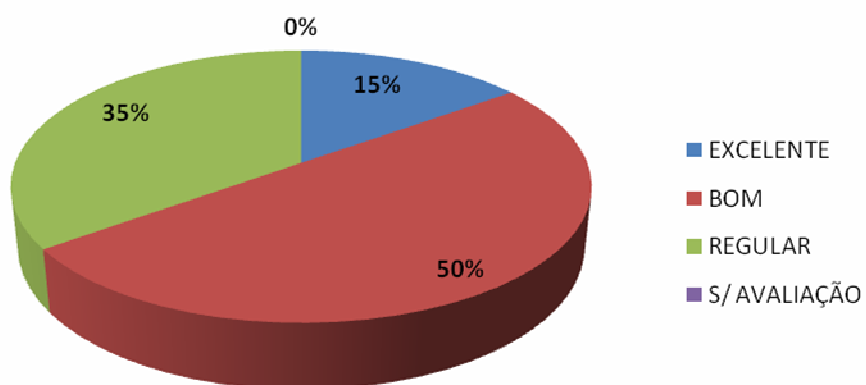


Gráfico 3 - Palestra(s)

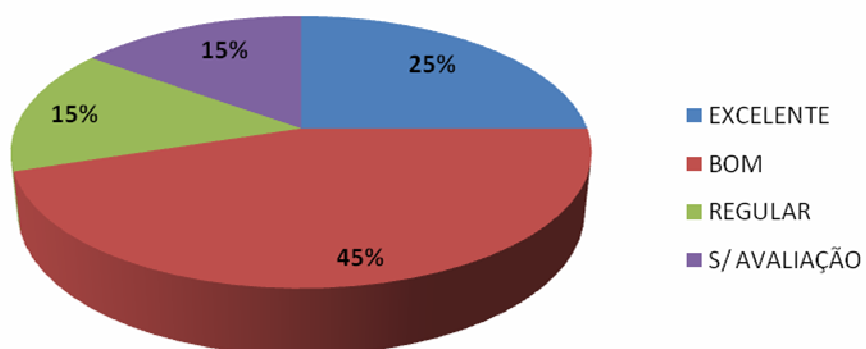


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

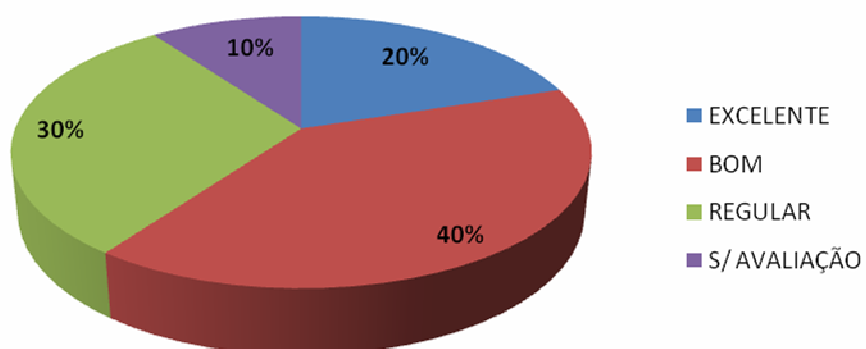


Gráfico 5 - Infra-estrutura

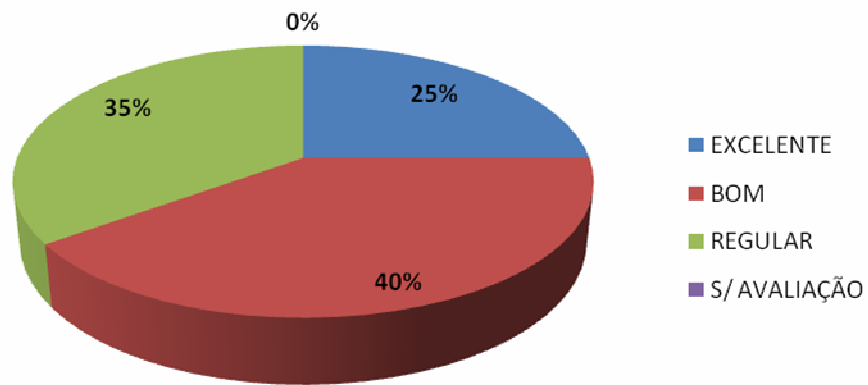
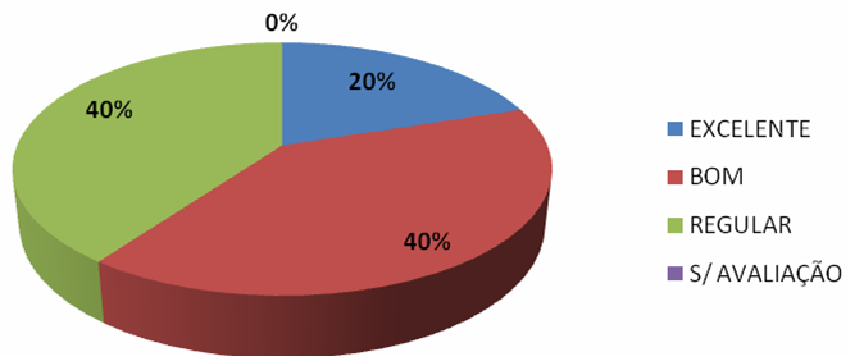


Gráfico 6 - Organização geral do evento



9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

• Sugestões

1. Realizar as Pré-conferências em dois dias para ter mais tempo para as discussões (4);
2. Aumentar a participação por parte do Poder Público (1);
3. Fornecer dados consistentes a respeito da situação das propostas oriundas da Conferência anteriores, por parte do Poder Público para a realização da atividade “Conferir 2007” (2);
4. Divulgar as Pré-conferências para a periferia (3);
5. Aumentar o número de computadores para equipe de relatoria (1);
6. Cumprir os horários previstos no regimento (2);
7. Aumentar a duração das atividades em grupo (2).

• Críticas

2. Abrir espaços para o Lear Sírio participar de outros eventos de Ong’s (1);
3. Falta de tempo para a realização das atividades (2);
4. Pouca organização dos grupos (1);
5. Falta de respeito com os horários propostos (1);
6. Alimentação inadequada (1);
7. Leitura do regimento foi maçante (1);
8. Infra-estrutura inadequada para a quantidade de pessoas (1);
9. Desconhecimento da finalidade do evento por parte do público (1);
10. Não divulgação do evento de maneira geral (1).

• Elogios

1. Excelente local (1);
2. Excelente apresentação da mesa (1);
3. Parabenização pela realização do evento (3).

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Srª Secretária determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de

Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providência pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providências quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providência* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão

do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriedade e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz.

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosangela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus "*benfeitores*" condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática – exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Gabriel Pedrosa de Lima	RG: 47376281-X
	Endereço: Travessa Hilarion Quintana	
	Telefone: 9519-1753	Email: gabriel-sofamilia@hotmail.com
2	Nome: Maria Aparecida Rufino dos Santos	RG: 9307351
	Endereço: Rua Refinaria Presidente Bernardes, 218 V. Antonieta	
	Telefone: 3852-5641/ 2712-0684	Email: -----
3	Nome: Atanael Bispo dos Santos	RG: 17072295-8
	Endereço: Rua Dr. Almeida Lima, 900	
	Telefone: 6352-7374	Email: biafasan1961sp@hotmail.com
4	Nome: Renato Gomes dos Santos	RG: 38304134-X
	Endereço: Rua Siqueira Bueno, 667	
	Telefone: 2693-6251	Email: -----
5	Nome: Denilson Roberto da Silva	RG: 39478928-3
	Endereço: Rua Siqueira Bueno, 667	
	Telefone: 2693-6251	Email:
6	Nome: Cleber Diniz de Oliveira	RG: 18605830-5
	Endereço: Av Celso Garcia, 3316	
	Telefone: 2092-0097	Email: cleberdiniz2009@hotmail.com
7	Nome: Paulo Luiz Stetes	RG: 16977238-X
	Endereço: Av. Celso Garcia, 3316	
	Telefone: 2092-0097	Email: -----
8	Nome: Itamar Florencio da Silva	RG: 36918034-3
	Endereço: Rua Dr Almeida Lima, 900	
	Telefone: 2292-0977	Email: itamarflorencio21@gmail.com
9	Nome: Genival Eugênio da Silva	RG: 53542771-2
	Endereço: Rua Siqueira Bueno, 667	
	Telefone: 2693-6251	Email: -----
10	Nome: Cosme Conceição da Silva	RG: 41881654-2
	Endereço: Rua Dr Almeida Lima, 900	
	Telefone: 2292-0977	Email: cosme.mundial@hotmail.com
11	Nome: Nelson Ferreira da Silva	RG: 38967078-9
	Endereço: Rua Dr Almeida Lima, 900	
	Telefone: 2292-0977	Email: nelsonmangass@holtmail.com
12	Nome: Michel Leonardo Deomâstes	RG: 44057851-6
	Endereço: Rua Alcantara Machado, 886, casa 62	
	Telefone: -----	Email: michel2007@gmail.com

13	Nome: Cristiano Silva dos Santos	RG: 21597596-0
	Endereço: Rua Dr Almeida Lima, 900	
	Telefone: 2292-0977	Email: -----
14	Nome: Josevaldo Aparecido da Silva	RG: 22339346-0
	Endereço: Rua Siqueira Bueno, 667	
	Telefone: 2693-6251	Email: -----
15	Nome: Maria do Céu Vara Macedo Oliveira	RG: 0321473-X
	Endereço: Av. Tarumã, 33, Penha	
	Telefone: 2687-0862/ 8306-0519	Email: mceu_21@hotmail.com
16	Nome: Roberto Noé	RG: 10545887-1
	Endereço: Rua Assunção, 480	
	Telefone: 3228-2064	Email: -----
17	Nome: Estácio de Sá Castro Latorre	RG: 5727860-X
	Endereço: Rua Dr Almeida Lima, 900	
	Telefone: 2292-0977	Email: -----
18	Nome: Merabi Pereira de Santana	RG: 8273486-0
	Endereço: Rua Catumbi, 427, Belém	
	Telefone: 3361-2270	Email: merabisun@yahoo.com.br

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Luiz Honorato da Silva	RG: 23659452-7
	Endereço: Rua Kiwaiwata, 400, Ferraz de Vasconcelos	
	Telefone: 2693-6251/ 4675-5416 (casa)	Email: luizhonorato2006@hotmail.com
2	Nome: Maria Madalena B. da Silva	RG: 1188937
	Endereço: Rua Palmeira de Vinho, 221	
	Telefone: 8632-7660	Email: mada_s22@hotmail.com
3	Nome: Claudia da Rosa Santos	RG: 21912062-6
	Endereço: Rua Fernando Pinheiro, 158	
	Telefone: 2702-1184	Email: centro-adolescente2@terra.com.br
4	Nome: Ana Paula Pereira de Souza	RG: 29810282-2
	Endereço: Rua Francesco Usper, 615, apt 32, bloco C	
	Telefone: 2703-1014/ 9834-4309	Email: aureodana@ig.com.br
5	Nome: Flávia T. S. da Silva	RG: 28376589-6
	Endereço: Rua Bernardino Ferraz, 261	
	Telefone: 2704-2939	Email: flaetata@ig.com.br
6	Nome: Claudia Maria Pereira	RG: 20843393-4
	Endereço: Rua Soledade de Minas, 260	
	Telefone: 2721-3577	Email: clampf@hotmail.com

7	Nome: Adriana Mathias Basso Pessoa	RG: 14944889-2
	Endereço: Rua Pedroso de Camargo, 70	
	Telefone: 5181-5238/ 2684-3601	Email: ambassopessoa@yahoo.com.br
8	Nome: Paula Sales Batista	RG: 30774661-6
	Endereço: Rua Dr. José Manoel de Freitas, 221	
	Telefone: 7807-2778	Email: Paula@fcg.org.br
9	Nome: Elisângela Aparecida Miranda	RG: 28884994-2
	Endereço: Rua Higienópolis, 134	
	Telefone: 2402-9120/ 9211-0350	Email: elisamiranda_14@yahoo.com.br
10	Nome: Roseli Maria Correa de Moraes	RG: 9273748-1
	Endereço: Rua Serenata, 22, Vila Alpina	
	Telefone: 2917-5747	Email: -----
11	Nome: Fabiana Tiburcio da Silva	RG: 41563335-7
	Endereço: Rua Alexandre Gropalli, 100, 132B, AP 33-G	
	Telefone: 2919-1703	Email:
12	Nome: Maria José da Conceição	RG: 18312594
	Endereço: Rua Copará, 198	
	Telefone: 2941-4393	Email: ligiaconceicao@bol.com.br
13	Nome: Elizabeth Cristina Serra Costa	RG: 22651022-0
	Endereço: Rua Major Diogo, 138, ap 32, Bela Vista	
	Telefone: 3326-6880/ 81536882	Email: Elizabeth.serra@bol.com.br
14	Nome: Maria de Fátima A. Craveiro	RG: 3622337-2
	Endereço: Rua Colatina, 297, c/a	
	Telefone: 2503-5231	Email: bellattisouza@hotmail.com
15	Nome: Maria Nemésio	RG: 11521399-5
	Endereço: Rua Pedro Medeiro, 11, Jd Vila Carrão	
	Telefone: 2294-6313	Email: lia.nemesio@hotmail.com
16	Nome: Patricia Lapalce	RG: 22611277-9
	Endereço: Rua Maria Eugênia, 140/ Rua Camocim, 104	
	Telefone: 2294-6313	Email: patylapalce@hotmail.com
17	Nome: Neuza Maria Paiva	RG: 11974493-4
	Endereço: Rua Santa Virginia, 356, ap 125	
	Telefone: 2941-5860	Email: neuzapaiva@yahoo.com.br
18	Nome: Vilma Rodrigues Duarte Ferreira	RG: 25384288-8
	Endereço: Rua Alto Jardim, 05	
	Telefone: 2919-1703	Email: icomboni@terra.com.br
19	Nome: Maria José Duarte Costa	RG: 6717744
	Endereço: Rua Garapuava, 139	
	Telefone: 2059-1770	Email: mazesfrizo@hotmail.com.br

20	Nome: Janete da Silva		RG: 16950932
	Endereço: Av Arq. Vilanova Ortegas, 975		
	Telefone: 2704-0234	Email: janete11@tg.com.br	
21	Nome: Fabiana Silva Serrano		RG: 30412345-6
	Endereço: Rua Damásio Pinto, 2035		
	Telefone: 2071-5369	Email: serrano.fabiana@ig.com.br	
22	Nome: Fabio Gomes		RG: 29364559-0
	Endereço: R. Pe Valeri, 113ª, São Mateus		
	Telefone: 2703-7743/ 2013-0249	Email: fabiomnca@yahoo.com.br	
23	Nome: Sonia Maria Ferreira		RG: 13742422-X
	Endereço: Passagem Mateus Alésio, 53, Jd Sapopemba, SP		
	Telefone: 8919-8468 (celular)/ 2011-8432 (recados)	Email: -----	
24	Nome: Sueli de Souza Paraizo		RG: 17965175-X
	Endereço: Av Celso Garcia, 1907, bloco 22, apto 14		
	Telefone: 2696-3200	Email: suelibomparto@yahoo.com.br	

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Lucimara do Rosário Santos		RG: 14981950-X
	Endereço: Av. Olimpio de Souza Andrade, 200		
	Telefone: 2013-9874	Email: lucimarasantos@ig.com.br	
2	Nome: Albina Stolfo		RG: 1092786-SSP/SE
	Endereço: Rua Planalto, 15		
	Telefone: 2783-6791	Email: albinastolfo@hotmail.com	
3	Nome: Tiberh Zerezghi Hagos		RG: V400-471-5
	Endereço: Rua Cabo José Gomes de Barros, 23		
	Telefone: 2919-1703/ 2919-8754	Email: icomboni@terra.com.br / tiberh@gmail.com	
4	Nome: Tiago Gomes Cordeiro		RG: 34901666-5
	Endereço: Rua Luiz Giupice, 343		
	Telefone: 2019-3649	Email: t-cordeiro@ig.com.br	
5	Nome: Valdir Lima Cordeiro		RG: 12335087-4
	Endereço: Rua Luiz Giupice, 343		
	Telefone: 2019-9086	Email: valdirlimavl@terra.com.br	
6	Nome: Cleide Maria Sarzano Silva		RG: 17097931-3
	Endereço: Rua Teófilo Dias, 35		
	Telefone: 2601-4502/ 9888-8899	Email: sarzanos@ig.com.br	

7	Nome: Márcia Martins Miranda		RG: 25685766-0
	Endereço: Av. Otacílio Tomanik, 841/843		
	Telefone: 3326-6880/ 9867-5887	Email: marcinhamart@terra.com.br/ vivendocidadania@uol.com.br	
8	Nome: Lenice da Penha Martins		RG: 19263547-5
	Endereço: Ria Rio Uru, 40B, Itaquera		
	Telefone: 2059-2836	Email: lenicemartins@ig.com.br/ nppedonluciano@terra.com.br	
9	Nome: Marilda dos Santos Lima		RG:
	Endereço:		
	Telefone: 2696-3200	Email:	
10	Nome: Márcia Regina Arruda Lopes		RG: 11511050-X
	Endereço: Rua Auliati, 43		
	Telefone: 2642-1542	Email: amjja99@hotmail.com/ d.bluar@hotmail.com	
11	Nome: Aparecida Silva Carvalho		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	

Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Trabalhadores **FALTAM DADOS PESSOAIS**

1	Nome: Edivarci Liberalino de Souza		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	
2	Nome: Fernanda Rodrigues		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	
3	Nome: Silmara F. da Silva		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	
4	Nome: Delcinéia Ap. Ambólio		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	
5	Nome: Maria Santos Greco		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	
6	Nome: Viviane Novaes		RG:
	Endereço:		
	Telefone:	Email:	

7	Nome: Priscila de Farias Silva	RG:
	Endereço:	
	Telefone:	Email:
8	Nome: Luiza Andréa Melara	RG:
	Endereço:	
	Telefone:	Email:

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência

	NOME	E-MAIL	TELEFONES
1	Darlene Terzi dos Anjos Afonso Cazarini	dterzi@ig.com.br	(11) 2115 2972/(11) 9163 6681
2	Neuza Maria Paiva	neuzapaiva@yahoo.com.br	(11) 2941 5860/(11) 9212 5855
3	Sueli de Paula Santos	sueliepaula@ig.com.br	(11) 2060 0624/(11) 8402 1481
4	Maria Inês Shigekawa	inesshigekawa@yahoo.com.br	(11) 3287 6183
5	Silvana Cappellini	scappellini@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3141 9625/(11) 9469 8770
6	Aidêe Miranda Souza	aideesouza@globo.com	(11) 2916 0275/(11) 9220 8817
7	Genival E. da Silva	Não forneceu dados	Não forneceu dados
8	Ivone F. Rosas de Souza	ifrsouza@prefeitura.sp.gov.br	
9	Sheila dos Santos Monjardim	sheila.monjardim@hotmail.com	(11) 2094 5078/(11) 8562 3060
10	Maria Zélia de Oliveira Souza	maria.zelia171@hotmail.com	(11) 2653 8093
11	Conceição Lopes da Silva Mingato	cmingato@ig.com.br	(11) 2652 9763/(11) 9365 0430
12	Eliane da Silva Cara		(11) 2911 7932/(11) 9728 5897
13	Rousemeire dos Santos Rocha	rsrocha@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2021 5623/(11) 9311 2025
14	Roseane Alves dos Anjos	roseanhos51@gmail.com	(11) 5588 1722/(11) 9740 2665
15	Edna Fernandes Farias Fazzion	efazzion@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2672 2610

16	Maria Clara Oliveira de Lima	claraolima@hotmail.com	(11) 2091 8013/(11) 8121 9563
17	Tâmara dos Santos Cereja	tamaracereja@yahoo.com.br	(11) 2083 2570/(11) 9553 6186
18	Marina Marques de Souza		(11) 2917 6572
19	Luiz Honorato da Silva	luizhonorato2006@ig.com.br	(11) 2693 6251/(11) 7471 9208
20	Marina Lopes Fernandes Alves	marinapucsp@yahoo.com.br	(11) 8730 6692
21	Maria Amelia de Carvalho	mameliacarvalho@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2093 6648/(11) 9991 3622
22	Fabiana de Almeida de Lima	fayota8@hotmail.com	(11) 2094 5078/(11) 9142 4026
23	Patrícia de Moura Silva	patimoura@hotmail.com	(11) 2094 5078/(11) 9808 7202